

A infância migrante em documentos norteadores da rede estadual de São Paulo¹

Maria Vitória Soares Porto²

Juliana Doretto³

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO

O número de estudantes estrangeiros na rede estadual de ensino de São Paulo cresceu significativamente, passando de 11.905 em 2019 para 19,5 mil em 2024. A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo criou guias para facilitar a matrícula e o acolhimento desses migrantes, abordando a integração cultural. Este estudo visa, por meio da Análise do Discurso (AD), analisar como a infância migrante é representada nesses manuais, que consideramos um dispositivo comunicacional, verificando se os estudantes são vistos como agentes de transformação ou apenas como vulneráveis. **PALAVRAS-CHAVE:** Infância; infância-migrante; educação intercultural.

INTRODUÇÃO

O número de estudantes estrangeiros matriculados na rede estadual de ensino de São Paulo tem crescido nos últimos anos. Em 2019, dados divulgados pelo site da Secretaria de Educação do estado mostravam que a rede contava com 11.905 estudantes, sendo a maioria bolivianos (5.022), seguidos daqueles vindos de Japão (1.307), Haiti (998), Angola (594) e Paraguai (433)⁴. Outros dados foram divulgados em 2024 definindo um novo cenário, no qual os alunos advindos de outros países já somavam 19,5 mil, com a Bolívia ainda em destaque, com 8.020 estudantes migrantes. Dessa vez, a Venezuela aparecia em segundo (4.440), com o Paraguai tomando a terceira posição (671). Há também alunos vindos de regiões de conflitos, como Afeganistão, Haiti, Líbia, Síria e Ucrânia.

Vale ressaltar que imigrante é um termo abrangente, que pode abarcar também os que se encontram em situação de refúgio ou apátridas. Conforme Artigo 1º da Lei Federal 9.474/1997, refugiados são indivíduos que deixam o seu país “devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Educação, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

² Estudante do 5º semestre do curso de jornalismo da PUC-Campinas. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq, email: Maria.vsp1@puccampinas.edu.br

³ Professora do curso de jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas, email: jdoretto@gmail.com.

⁴ Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/rede-estadual-possui-quase-12-mil-estudantes-nascidos-fora-brasil/>
Acesso em: 2 dez. 2024

ou não queira acolher-se à proteção de tal país”. Os apátridas são os que não são considerados “nacionais” por nenhum Estado, conforme sua legislação, segundo o Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002.

Está indicado na Constituição Cidadã (1988), no Artigo 5º, que brasileiros e estrangeiros têm garantidos os direitos à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. O Artigo 6º, por sua vez, ressalta o acesso à educação como um dos direitos sociais garantidos pelo documento. Já a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, definindo que ela tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Como se vê, o acesso à educação é uma garantia legal para os estudantes migrantes.

Nesse contexto, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) criou um núcleo especializado, responsável pela definição das diretrizes e pela redação de documentos orientadores. Foram desenvolvidos dois guias para gestores e dirigentes, sendo eles “Estudantes Imigrantes: Matrícula e Certificados”⁵, publicado em julho de 2018, e “Estudantes Migrantes Internacionais: Acolhimento”⁶, publicado em dezembro de 2019. O primeiro guia tem como objetivo simplificar o processo de matrícula e a obtenção de certificados educacionais, pois é preciso considerar que esses estudantes podem estar enfrentando situações de vulnerabilidade social, e por isso não têm todos os documentos necessários. Já o segundo guia aborda temas como a aprendizagem da língua portuguesa, a integração cultural, social e didática. Consideramos ambos os guias como um dispositivo comunicacional (Maingueneau, 2004), que atinge um público amplo, por estarem disponíveis publicamente, divulgando o discurso oficial da secretaria em relação a esses sujeitos migrantes.

Segundo Generali e Cogo (2023), o movimento migratório vivido pelo Brasil exige das instituições de ensino reestruturações importantes, como o abandono do currículo monocultural, a necessidade de tratar o termo “cultura” de forma não essencialista (ou seja, sem entender a cultura de uma nação como algo uníssono e não

⁵ Disponível em:

https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/MATR%C3%8DCULA_FINAL-compressed.pdf

Acesso em: 2 dez. 2024

⁶ Disponível em:

https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/ACOLHIMENTO_FINAL-compressed.pdf

Acesso em: 2 dez. 2024.

mutável ao longo da história), e a valorização do encontro de sujeitos com diferentes repertórios culturais no espaço escolar. Isso porque, segundo as autoras, a criança migrante “não deve apenas integrar normas pré-definidas da sociedade ou da escola onde acaba de chegar, mas também precisa ter a possibilidade de participar de sua permanente reconstrução, para que efetivamente se sinta pertencente a esses espaços” (Generalì; Cogo, 2023, p. 95). Tais documentos desenvolvidos pelo estado de São Paulo, portanto, devem ser entendidos nesse contexto.

Compreendemos ainda a infância migrante com base em Pavez Soto (2013, p. 190, tradução nossa), que a define como algo que “é formado por meninas e meninos provenientes de fluxos migratórios internacionais, especialmente da região latino-americana, e muda de acordo com a predominância de determinadas nacionalidades e características socioeconômicas”. Sabe-se ainda que “o conceito de infância migrante com capacidade de agência permite interpretar a mobilidade com base em uma estrutura de oportunidades ou como o resultado da interseção de relações de hierarquia de poder” (Voltarelli, Pavez Soto; Derby, 2020, p. 6). Porém, segundo as mesmas autoras, os estudos de migração tendem a não ler esses sujeitos como agentes culturais e de ação social, mas sim como crianças em constante condição de vulnerabilidade e de risco.

Tendo em vista essas questões, nos interessa compreender, portanto, como a infância migrante é representada nesses manuais, compreendendo se o seu protagonismo e sua atuação social se fazem presentes nos discursos que orientam os professores e gestores da rede estadual de ensino em seu acolhimento. Para esta investigação, utilizaremos a Análise do Discurso de linha francesa (AD), a fim de compreender as percepções sociais criadas sobre este grupo e identificar se estudantes internacionais são vistos como agentes de transformação, ou apenas como alguém em constante vulnerabilidade social e tutelados pelo estado.

METODOLOGIA

Segundo Eni Orlandi (2005, p. 15), o discurso é “[...] palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. E a linguagem não trata apenas de transmissão de informações: ela é estruturada por símbolos que carregam memória histórica e social. Conforme explica Orlandi (2005):

Desse modo, diremos que não se trata de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (Orlandi, 2005, p. 15).

Quando a autora diz “produção de sentido”, ela busca explicar que, ao fazermos circular discursos (fala, textos, imagens, entre outros), contribuimos para a perpetuação de ideias, estereótipos e preconceitos. Ou seja, discursos carregam consigo sentidos, que não são fixos ou universais; eles são formados por meio de interações, relações de poder, tradições, normas e valores que se acumulam ao longo dos anos. Segundo Stuart Hall (2003), nenhum discurso é desprovido de ideologia: “[...] seu valor ideológico está fortemente fixado, justamente por ter-se tornado tão plenamente universal e ‘natural’” (Hall, 2003, p. 395).

O discurso também contribui para construção das identidades. O autor explica que elas não são algo natural, mas produzidas e transformadas por meio das relações culturais, sociais e políticas e que “as comunidades migrantes trazem as marcas da diáspora, da ‘hibridização’ e da difference em sua própria constituição” (Hall, 2003, p. 83). Ou seja, investigar a forma como se produz o discurso é descobrir como pessoas e/ou grupos são vistos e se veem dentro de uma sociedade.

Nesta pesquisa, por meio da Análise do Discurso (AD), buscamos identificar Formações Discursivas (FD), que nos permitem “[...] reunir o que está disperso” ao longo de diversos textos, embora “nucleado pelo mesmo sentido” (Benetti, 2016, p. 240). Com isso, podemos entender como a concepção da infância migrante se apresenta nos documentos estudados. O objetivo é compreender o que não está explicitamente colocado, identificando as formações ideológicas presentes nos textos das cartilhas “Estudantes Imigrantes: Matrícula e Certificados” (julho de 2018) e “Estudantes Migrantes Internacionais: Acolhimento” (dezembro de 2019).

RESULTADOS PARCIAIS

Na primeira parte da análise, focamos no documento que trata sobre o acolhimento. Buscamos identificar Formações Discursivas mais recorrentes, distinguindo trechos que traziam ideias parecidas, agrupando-os em tabela. A título de

exemplo, trouxemos a FD que se refere à criança migrante como um ser em vulnerabilidade social, como mostra o quadro 1, abaixo:

Quadro 1: FD criança migrante como ser em vulnerabilidade
"É preciso ter em mente que este estudante migrante, ao chegar ao Brasil, pode ter passado por inúmeras situações adversas em seu país de origem, por exemplo: violência física e/ou psicológica; guerras; perseguição religiosa, política, racial, por orientação sexual, de gênero; vulnerabilidade social."
"O estudante migrante, principalmente a pessoa em situação de refúgio que reside há pouco tempo no Brasil, pode apresentar dificuldades no domínio e na compreensão da Língua Portuguesa."
"É preciso um olhar mais cuidadoso em relação aos estudantes migrantes, especialmente aos que entram durante o ano - uma vez que não foram recebidos e envolvidos na semana de acolhimento que se realiza no início do ano letivo, como os demais estudantes da escola"
É fundamental que tanto os professores e gestores quanto os estudantes evitem replicar preconceitos em relação aos estudantes migrantes.
No primeiro dia de aula, diferenças culturais podem causar constrangimento nos primeiros momentos em sala de aula, como o uso do véu, a forma de se alimentar, a tonalidade da pele, cabelos, entre outros.

Fonte: Elaboração própria.

Nessa FD, a ênfase está nas adversidades, como violência, perseguições e a situação de refúgio, que, somadas à língua e à integração cultural, configuram um cenário de fragilidade para esses estudantes. Portanto, o acolhimento deve ser sensível a essas vulnerabilidades, adotando práticas que respeitem e compreendam as diferenças.

Além dessas, identificamos outras três FDs até este momento da análise: o estudante migrante e sua possível dificuldade/barreira na comunicação; o estudante que precisa ser acolhido; e a criança migrante como portadora de uma nova cultura. No primeiro caso, ao mesmo tempo em que o documento norteador chama a atenção para os problemas de comunicação pelo domínio da língua e pede que se incentive o aprendizado do português, indica que se deve deixar “o estudante livre para ouvir e aprender a Língua Portuguesa e falar quando se considerar preparado”. Na segunda FD, notam-se trechos que relativizam os erros ortográficos dos estudantes e reforçam a

preocupação com problemas enfrentados pelo estudante. Na última FD, porém, surge a valorização dos traços culturais dos alunos migrantes, que proporcionam rica troca cultural: “o estudante brasileiro usará seus conhecimentos em português para descobrir as línguas dos colegas, em uma troca mútua e enriquecedora”; e “Assim, a ideia de proximidade/distância, ‘nativo’ e estrangeiro pode se diluir na consciência de que cada um é composto por diferentes origens e experiências - igualmente importantes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais obtidos até aqui mostram a coexistência, nos documentos estudados, de ideias sobre a infância migrante que chamam a atenção para a vulnerabilidade das crianças e para a potência de sua presença na escola, em processos de trocas culturais. Nosso objetivo, na continuação da pesquisa, ao entender as demais formações discursivas identificadas nos documentos norteadores, é compreender se tais materiais são baseados, de forma geral, em conceitos pré-concebidos que possam prejudicar a assimilação de uma cultura divergente, e impeçam que se trabalhe o ensino de forma a respeitar o espaço e contexto dessas crianças migrantes, ou se predomina a preocupação em proporcionar aos estudantes experiências de educação intercultural.

REFERÊNCIAS

- BENETTI, Márcia. **Análise de Discurso como método de pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 235- 256.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003. 500p.
- GENERALI, Sabrina; COGO, Denise. Imigração venezuelana, fronteira e interculturalidade: uma análise das experiências de educadoras e educadores em escolas públicas de Boa Vista (Roraima). **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, n. 69, dez. 2023, p. 91-108.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Rio de Janeiro: Pontes, 2005.
- PAVEZ SOTO, Iskra. Los significados de "ser niña y niño migrante": conceptualizaciones desde la infancia peruana en Chile. **Polis**, Santiago, v. 12, n. 35, p. 183-210, agosto 2013.
- VOLTARELLI, Monique Aparecida; PAVEZ SOTO, Iskra; DERBY, Joanna. Niñez migrante y pandemia: la crisis desde Latinoamérica. **Linhas Críticas**, vol. 26, e36298, 2020.